



**CONGRESSO NACIONAL**

**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

---

**PROJETO DE LEI ORÇAMENTARIA  
PARA 2012**

(Projeto de Lei nº 28/2011-CN)

**ÁREA TEMÁTICA IX  
AGRICULTURA E  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
RELATÓRIO APRESENTADO**

**Senador RICARDO FERRAÇO (PMDB/ES)  
Relator Setorial**

**Senador VITAL DO RÊGO (PMDB/PB)  
Presidente da CMO**

**Brasília – DF, 02/12/2011**



# **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

## **ORÇAMENTO PARA 2012** (Projeto de Lei nº 28/2011-CN)

Área Temática IX

### **AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

**RELATÓRIO APRESENTADO**

**RELATOR SETORIAL: Senador RICARDO FERRAÇO (PMDB/ES)**

**Dezembro, 2011**



## SUMÁRIO

<b>I – RELATÓRIO</b> .....	<b>3</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>2 PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES</b> .....	<b>3</b>
<b>3 ATENDIMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> .....	<b>4</b>
<b>4 ANÁLISE DA PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX</b> .....	<b>5</b>
<b>4.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b> .....	<b>5</b>
4.1.1 AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO ÓRGÃO MAPA .....	8
4.1.1.1 Governo dá atenção especial ao orçamento da EMBRAPA .....	8
4.1.1.2 Mensagem Presidencial reconhece a importância da CONAB .....	9
4.1.1.3 O orçamento do FUNCAFÉ .....	10
4.1.1.4 A sustentabilidade da produção agropecuária é destaque no MAPA – Adm. Central – UO 22101 .....	11
4.1.2 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA .....	13
<b>4.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA</b> .....	<b>15</b>
4.2.1.1 A proposta e a execução orçamentária do MDA .....	16
4.2.1.2 A proposta e a execução orçamentária do INCRA .....	19
<b>4.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA</b> .....	<b>21</b>
<b>5 CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS E EM APRECIÇÃO NO CONGRESSO</b> .....	<b>24</b>
<b>6 OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES</b> .....	<b>25</b>
<b>7 ANÁLISE DAS EMENDAS</b> .....	<b>25</b>
<b>7.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	<b>25</b>
<b>7.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS</b> .....	<b>26</b>
<b>7.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE</b> .....	<b>26</b>
<b>7.4 PADRÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS</b> .....	<b>27</b>
<b>7.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS</b> .....	<b>27</b>
<b>7.6 FONTES DE RECURSOS</b> .....	<b>27</b>
<b>8 PARECER ÀS EMENDAS</b> .....	<b>28</b>
<b>8.1 PARECER ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS</b> .....	<b>28</b>
<b>8.2 PARECER ÀS EMENDAS COLETIVAS</b> .....	<b>28</b>
<b>II - VOTO DO RELATOR</b> .....	<b>29</b>
<b>9 ANEXO</b> .....	<b>31</b>



## RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, sobre o Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2012 – PLOA 2012, constante do PL Nº 28/2011-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem Presidencial nº 86/2011-CN (nº 344/2011, na origem), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), seus órgãos, entidades e fundos.

RELATOR SETORIAL: **Senador RICARDO FERRAÇO**

### I – RELATÓRIO

#### 1 INTRODUÇÃO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, no uso das atribuições previstas nos arts. 84, inciso XXIII, e 165, inciso I, da Constituição Federal – CF/88, combinados com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, enviou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 86/2011-CN (nº 344/2011, na origem), o Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN (PLOA 2012), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

2. No âmbito do Poder Legislativo, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO examinar e emitir parecer sobre o Projeto, de acordo com o art. 166, § 1º, inciso I, da CF/88.

3. Por designação de seu Presidente, na forma do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, do referido Projeto de Lei, abrangendo as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), seus órgãos, entidades e fundos.

#### 2 PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES

4. No exercício de 2012, o montante programado para a Área Temática IX totaliza R\$ 13,3 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 1,8 bilhão do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 19,3 milhões do Orçamento de Investimento das Estatais.



5. Ao se aproximar o encerramento do Exercício, nota-se que mais da metade (54%) dos créditos autorizados para esta Área Temática ainda aguardam execução orçamentária. No Ministério da Agricultura, apenas 52% foram empenhados até 07 de novembro; no Ministério do Desenvolvimento Agrário, a execução não alcança 37%; e no Ministério da Pesca e Aquicultura, de cada R\$ 10,00 de despesas autorizadas, apenas R\$ 1,31 foram liquidadas.

6. A despesa total proposta para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade do Ministério da Agricultura em 2012 é de R\$ 8,7 bilhões. Em relação à Proposta de 2011, observa-se um modesto aumento em Investimentos e uma leve redução em Outras Despesas Correntes. No entanto, as dotações para Pessoal e Encargos Sociais continuam a crescer aceleradamente. Em cinco anos, praticamente duplicaram. Em 2007 essas despesas representavam 43% da despesa total do MAPA. Em 2012 passam a 54%.

7. Faltou pouco para que a proposta orçamentária de 2012 para a EMBRAPA alcançasse os dois bilhões de reais (R\$ 1.968 milhões). Este montante é superior ao da proposta do exercício anterior em cerca de R\$ 187,5 milhões, configurando um aporte de recursos compatível com o desempenho dessa instituição e com a importância de suas atividades para o futuro da agricultura brasileira.

8. Em nossa análise, notamos que a proposta orçamentária da CONAB (R\$ 2.962 milhões) distancia-se um pouco da média observada nos três últimos exercícios (R\$ 2.810 milhões). Esse valor endossa a intenção do Governo para 2012 em dar continuidade aos objetivos de sustentação dos preços agrícolas, no sentido de manter a renda do produtor rural, o abastecimento interno adequado e, se possível, o aumento das exportações dos produtos agropecuários.

9. O valor total da proposta orçamentária do FUNCAFÉ para 2012 (R\$ 30,7 milhões) é 27,6 % inferior ao apresentado em 2011 (R\$ 45,1 milhões). Esta redução é significativa, pois quebra uma tendência de médio prazo para o fortalecimento do orçamento deste Fundo.

10. Na proposta apresentada para a Unidade Orçamentária 22101 – Administração Central do MAPA, as despesas fixadas atingem R\$ 3,7 bilhões, o que corresponde a um aumento de 8,8% em comparação às apresentadas em 2011 (R\$ 3,4 bilhões). Embora possa parecer significativo à primeira vista, nossa análise revela que, desse total, apenas R\$ 579 milhões (16%) estão destinados às ações finalísticas da Administração Central do Ministério da Agricultura. Só com pessoal, espera-se gastar em 2012 cerca de R\$ 2,9 bilhões (78% do total de gastos da UO).

11. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a proposta é de R\$ 1,22 bilhão, com uma queda de 4,7% nos recursos propostos para 2012, enquanto para o INCRA a proposta é de R\$ 3,08 bilhões, com um aumento de 1,7% em relação ao PLOA 2011.

12. A proposta para o Ministério da Pesca e Aquicultura é de R\$ 263,5 milhões, representando um decréscimo de 30% em relação ao PLOA 2011.

### **3 ATENDIMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

13. Em relação a esta Área Temática, a proposta do Poder Executivo é compatível com a Constituição Federal, com a Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012) e com a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

Além disso, nenhuma inconsistência foi detectada com o Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que contém a proposta do Plano Plurianual para 2012/2015, ainda em tramitação na CMO.

### 4 ANÁLISE DA PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX

14. O montante programado para a Área Temática IX de R\$ 13,3 bilhões tem a seguinte distribuição entre os órgãos e unidades orçamentárias que compõem esta Área Temática:

ÁREA TEMÁTICA IX - TIPO DE DESPESA - POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - PLOA 2012						RS 1.000,00
UO	NOME ÓRGÃO E UO	Desp Financeira	Desp Obrigatória	Desp Discricionária	OutrasDespesas	Total
	<b>M. Ag., Pec. e Abastecimento</b>	<b>2.565.953</b>	<b>4.634.887</b>	<b>1.520.189</b>	<b>0</b>	<b>8.721.029</b>
22101	M. Ag., Pec. e Abastecimento	261.333	2.732.286	747.432	0	3.741.051
22202	EMBRAPA	4.620	1.444.517	519.355	0	1.968.492
22208	CEASAMINAS	0	0	6.458	0	6.458
22209	CASEMG	0	0	1.533	0	1.533
22211	CONAB	2.300.000	458.084	203.459	0	2.961.543
22212	CEAGESP	0	0	11.277	0	11.277
22906	F. de Defesa da Econ. Cafeeira	0	0	30.675	0	30.675
	<b>M. do Desenvolvimento Agrário</b>	<b>81.285</b>	<b>1.490.162</b>	<b>2.529.850</b>	<b>200.000</b>	<b>4.301.297</b>
49101	M. do Desenvolvimento Agrário	2.505	162.775	854.950	200.000	1.220.231
49201	INCRA	78.780	1.327.387	1.674.900	0	3.081.066
	<b>M. da Pesca e Aquicultura</b>	<b>1.029</b>	<b>33.486</b>	<b>229.000</b>	<b>0</b>	<b>263.515</b>
58101	M. da Pesca e Aquicultura	1.029	33.486	229.000	0	263.515
<b>Total Área Temática</b>		<b>2.648.267</b>	<b>6.158.535</b>	<b>4.279.039</b>	<b>200.000</b>	<b>13.285.841</b>

15. Os detalhes da programação desses três órgãos serão analisados a seguir.

#### 4.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

##### O Agronegócio e as Exportações Brasileiras

16. O Resumo da Política Econômica do Governo que acompanha a Mensagem Presidencial que apresenta o Projeto de Lei Orçamentária para 2012 ressalta, novamente, o excelente desempenho das exportações do agronegócio brasileiro. Embora este tenha perdido participação em relação aos demais setores da economia, o resultado da balança comercial brasileira em 2010, que foi de US\$ 20,2 bilhões, é explicado pelo saldo do agronegócio que superou em mais de três vezes o saldo positivo obtido pela balança total. As estimativas para 2011 apontam um patamar de US\$ 85 bilhões para as exportações do agronegócio brasileiro, o que se tornaria em novo marco para esse segmento.

17. O setor agropecuário voltou a crescer em 2010. Neste ano, a safra de grãos (149,7 milhões de toneladas) suplantou o patamar recorde alcançado em 2008. Para 2011 estima-se novo recorde histórico. Levantamento da CONAB aponta volume superior a 160 milhões de toneladas.

18. Observa-se também uma elevação nos indicadores da produção pecuária, à exceção de bovinos, com estabilidade no número de cabeças abatidas e queda no peso.

19. Nosso convencimento é de que o programa de trabalho apresentado nesta Área Temática no PLOA 2012 para o setor agrícola é compatível com sua importância na economia brasileira e com os desafios de promover o crescimento econômico sustentável mesmo em um contexto de crise internacional, de manutenção da responsabilidade fiscal e de preservação do meio ambiente.

##### O Orçamento do MAPA para 2012

20. A despesa orçamentária total proposta para o MAPA em 2012 é de R\$ 8,721 bilhões. Esses créditos abrangem todas as Unidades Orçamentárias e os Fundos que

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

compõem a estrutura organizacional do Ministério, inclusive o orçamento de investimento da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo S. A. (CEAGESP – UO 22.212), cujo orçamento alcança R\$ 11,3 milhões; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, S.A. (CEASA/MG – UO 22.208), com R\$ 6,5 milhões; e Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG – UO 22.209), com gastos previstos da ordem de R\$ 1,5 milhão. A programação completa dessas estatais consta de Anexo a este Parecer.

21. No Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o valor total das dotações consignadas para o MAPA em 2012 é de R\$ 8,7 bilhões, montante 7,5% superior ao valor proposto em 2011 (R\$ 8,1 bilhões). A gestão da programação deste Órgão é feita por quatro unidades orçamentárias, conforme a Tabela a seguir, mostrando os valores propostos para essas Unidades no período 2010 a 2012.

**MAPA - VALORES PROPOSTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**  
EXERCÍCIOS 2010-2012

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2010	2011	2012	R\$ mil	
				VALOR	Var. %
22101 MAPA – Adm. Central	3.209.418	3.433.744	3.741.051	813	21,01
22202 EMBRAPA	1.748.067	1.780.953	1.968.492	-2	-66,67
22211 CONAB	2.807.705	2.837.934	2.961.543	24	1,90
22906 FUNCAFÉ	42.381	45.067	30.675	56	15,01
<b>TOTAL</b>	<b>7.807.571</b>	<b>8.097.698</b>	<b>8.701.761</b>	<b>895</b>	<b>11,46</b>

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração CONOF/CD

22. A tabela a seguir mostra as propostas de gastos do Ministério da Agricultura por natureza da despesa, no período 2010 a 2012.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
PROPOSTAS DE GASTOS POR GND - 2010 A 2012

GND	2010	2011	2012	Diferença (2012-2010)	
				VALOR	Var. %
PESSOAL E ENC SOCIAIS	3.869	4.103	4.682	813	21,01
JUROS E ENC DA DÍVIDA	3	3	1	-2	-66,67
OUTRAS DESP CORRENTES	1.262	1.291	1.286	24	1,90
INVESTIMENTOS	373	399	429	56	15,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.300	2.300	2.300	0	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	2	4	4	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.807</b>	<b>8.098</b>	<b>8.702</b>	<b>895</b>	<b>11,46</b>

Fonte: SIAFI - Elaboração COFF/CD

23. Observa-se certa estabilidade nos valores propostos para o grupo de despesa Outras Despesas Correntes e Inversões Financeiras. As dotações para Investimento e com Pessoal e Encargos Sociais cresceram no período. A proposta para gastos com Pessoal para 2012, de R\$ 4,7 bilhões, supera em R\$ 813 milhões a de 2010. Justifica a quase totalidade do aumento conseguido para a Pasta no período.

24. A Tabela a seguir mostra aspectos da descentralização da execução da programação do MAPA. De acordo com a proposta para 2012, cerca de R\$ 8,3 bilhões

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

deverão ser executados diretamente pelo próprio Ministério. Este valor é 15% superior ao verificado em 2010. Vê-se, também, que apenas R\$ 62,4 milhões (0,72% do total) deverão ser executados por meio de transferências aos governos estaduais. As administrações municipais estarão responsáveis pela execução de R\$ 1,8 milhão de créditos, enquanto que entidades privadas sem fins lucrativos deverão executar um volume sete vezes maior, R\$ 12,8 milhões.

**MAPA - DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO - PLOA 2010 a 2012**

						R\$ mil	
TRANSFERÊNCIAS A:	2010	2011	2012	Part. % (2012)	Var. % (2012/10)		
<b>30 GOVERNO ESTADUAL</b>	83.655	109.180	62.407	0,72	(25,40)		
<b>40 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>	7.708	4.000	1.838	0,02	(76,15)		
<b>50 ENTID. PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS</b>	16.075	17.219	12.838	0,15	(20,14)		
<b>60 INST. PRIVADA COM FIM LUCRATIVO</b>	461	591	602	0,01	30,59		
71 Consórcios Públicos		1.500	200	0,00	-		
<b>80 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR</b>			200	0,00	-		
<b>90 APLICAÇÃO DIRETA</b>	7.233.266	7.233.266	8.347.676	95,93	15,41		
<b>91 APLIC. DIRETA ENTRE ORGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES</b>							
	466.385	230.757	276.200	3,17	(40,78)		
<b>TOTAL</b>	<b>7.807.550</b>	<b>7.596.513</b>	<b>8.701.961</b>	<b>100,00</b>	<b>11,46</b>		

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD.

25. No que tange às fontes de recursos, a Tabela a seguir demonstra que a proposta para 2012 não apresenta grandes alterações na estrutura de financiamento do MAPA. As duas principais fontes em termos de volume de recursos são: 100 - Recursos Ordinários, com 65% do total, e 160 - Recursos de Operações Oficiais de Crédito, com 26,4%.

**MAPA - FONTES DE FINANCIAMENTO PROPOSTAS PARA 2010, 2011 E 2012**

								R\$ mil	
Cód.	FONTE	2010		2011		2012			
		Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)		
100	Rec. Ordinários	4.778.104	59,01	4.696.502	58,00	5.623.727	64,63		
144	Tít.Resp.Tes.Nac - Out. Aplic.	3.120	0,04		-	992	0,01		
148	Oper.Créd.Ext. - em Moeda	19.044	0,24	6.000	0,07	-	-		
150	Rec. Próprios Não-Financ.	23.369	0,29	28.492	0,35	29.579	0,34		
156	Cont Serv Plano Seg Soc Serv	144.080	1,78	276.881	3,42	212.805	2,45		
160	Rec. Op. Of. Cred.	2.300.000	28,40	2.300.000	28,40	2.300.000	26,43		
169	Cont Patr Plano Seg Soc Serv	220.011	2,72	525.486	6,49	281.822	3,24		
172	Outr. Contribuições Econômicas	461	0,01	591	0,01	602	0,01		
175	Taxas por Serv Públicos	3.182	0,04	3.559	0,04	4.483	0,05		
176	Outras Contribuições Sociais	20.004	0,25	22.955	0,28	19.972	0,23		
180	Rec. Próp. Financeiros	42.015	0,52	44.997	0,56	29.991	0,34		
181	Rec. de Convênios	6.200		3.680		3.854			



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

			0,08		0,05		0,04
195	Doações. Ent. Internac.	3.500	0,04	2.500	0,03	2.500	0,03
250	Rec. Próprios Não-Financ.	193.521	2,39	181.553	2,24	178.007	2,05
280	Rec. Próp. Financeiros	6.979	0,09	749	0,01	1.303	0,01
281	Rec. de Convênios	43.961	0,54	3.754	0,05	12.125	0,14
<b>TOTAL</b>		<b>7.807.550</b>	<b>96,4</b>	<b>8.097.698</b>	<b>100,0</b>	<b>8.701.761</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração CONOF/CD

**4.1.1 AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO ÓRGÃO MAPA****4.1.1.1 Governo dá atenção especial ao orçamento da EMBRAPA**

26. Faltou pouco para que a proposta orçamentária de 2012 para a EMBRAPA alcançasse os dois bilhões de reais (R\$ 1.968 milhões). Este montante é superior ao da proposta do exercício anterior em cerca de R\$ 187,5 milhões. Ou seja, o orçamento da EMBRAPA cresceu de 2011 para 2012 quase seis vezes mais do que o crescimento verificado entre a proposta de 2011 em relação à de 2010 (R\$ 33 milhões), configurando um aporte de recursos compatível com o desempenho dessa instituição e com a importância de suas atividades para o futuro da agricultura brasileira.

27. Além disso, verifica-se na repartição dos créditos propostos uma prioridade às atividades finalísticas de pesquisa e difusão de tecnologias e conhecimento científico. As subfunções 572 e 573, “Desenvolvimento Científico e Tecnológico” e “Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico”, respectivamente, que congregam as ações finalísticas da instituição, recebem, relativamente, mais recursos do que as atividades não finalísticas. Aquelas cresceram 20% entre 2011 e 2012, enquanto as atividades não finalísticas cresceram apenas 7%.

<b>EMBRAPA - DESPESAS POR SUBFUNÇÃO</b>					
<b>PLOA 2010-12</b>					
R\$ 1,00					
<b>COD</b>	<b>SUBFUNÇÃO</b>	<b>PLOA 2010</b>		<b>PLOA 2011</b>	
		<b>Dotação</b>	<b>Part. %</b>	<b>Dotação</b>	<b>Part. %</b>
	<b>ATIVIDADES FINALÍSTICAS</b>	<b>458.747.306</b>	<b>26,24</b>	<b>426.626.665</b>	<b>23,95</b>
572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	396.046.722	22,66	399.086.806	22,41
573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	62.700.584	3,59	27.539.859	1,55
	<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>	<b>1.289.319.243</b>	<b>73,76</b>	<b>1.354.325.940</b>	<b>76,05</b>
122	Administração Geral	1.208.709.695	69,15	1.257.444.961	70,61
128	Formação de Recursos Humanos	3.456.000	0,20	3.110.400	0,17
131	Comunicação Social	453.600	0,03	600.000	0,03
301	Atenção Básica	25.365.526	1,45	28.957.267	1,63
306	Alimentação e Nutrição	37.200.000	2,13	45.835.680	2,57
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	599.034	0,03	462.840	0,03
365	Educação Infantil	5.395.560	0,31	5.945.688	0,33
844	Serviço da Dívida Externa	3.119.828	0,18	4.771.104	0,27
846	Outros Encargos Especiais	5.020.000	0,29	7.198.000	0,40
<b>TOTAL</b>		<b>1.748.066.549</b>	<b>100,00</b>	<b>1.780.952.605</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD



#### 4.1.1.2 Mensagem Presidencial reconhece a importância da CONAB

28. Não há como negar a importância do abastecimento, armazenagem e comercialização para a sustentabilidade da atividade agropecuária. A Mensagem Presidencial que acompanha o Projeto de Lei em análise endossa essa política pública destacando que mantém, para 2012, a meta de dar continuidade aos objetivos de sustentação dos preços agrícolas, no sentido de manter a renda do produtor rural, o abastecimento interno adequado e, se possível, o aumento das exportações dos produtos agropecuários.

29. Em nossa análise, notamos que a proposta orçamentária da CONAB (R\$ 2.962 milhões) distancia-se um pouco da média observada nos três últimos exercícios (R\$ 2.810 milhões). Como a programática foi completamente alterada pelo Executivo, torna-se difícil identificar qual foi a programação mais beneficiada com o acréscimo de R\$ 124 milhões em relação à proposta de 2011.

#### CONAB - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - POR PROGRAMAS - 2012

			R\$
COD	PROGRAMAS		PLOA 2012
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		7.554.698
2012	Agricultura Familiar		217.000.000
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		2.109.858.210
2069	Segurança Alimentar e Nutricional		70.900.000
2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		556.229.708
<b>TOTAL</b>			<b>2.961.542.616</b>

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD

#### CONAB - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - POR PROGRAMAS - 2009 a 2011

					R\$ mil
COD	PROGRAMAS		PLOA 2009	PLOA 2010	PLOA 2011
0352	Abastecimento Agroalimentar		2.773.624	2.792.963	2.821.344
0360	Gestão da Política Agropecuária		2.400	2.700	2.530
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		10.100	12.042	14.060
<b>TOTAL</b>			<b>2.786.124</b>	<b>2.807.705</b>	<b>2.837.934</b>

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD

30. Na Tabela seguinte, apresentam-se as ações que também integram o Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, mas não estão incluídas na proposta para o MAPA ou CONAB. Tais créditos, no valor total de R\$ 6,1 bilhões, constam das Unidades Orçamentárias 74101 - Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, 74901 – Rec. Sob Supervisão do FUNCAFÉ e 25904 - Fundo de Estabilização do Seguro Rural. São classificados em "outras despesas correntes" (GND3) e se destinam à equalização de juros e preços, à garantia e sustentação de preços em operações de financiamento e empréstimo rurais, bem como à cobertura de déficit nas operações do seguro rural.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

**AÇÕES DO PROGRAMA 2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO  
E COMERCIALIZAÇÃO  
ÓRGÃOS 74000 E 25000 - PLOA 2012**

		R\$ 1,00
<b>74101 - Rec. sob Sup. da STN - MF</b>		<b>3.243.431.000</b>
20.601.2014.0297.0029	Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - No Estado da Bahia	170.000
20.605.2014.008H.0001	Equalização de Juros em Financiamentos destinados à Liquidação de Dívidas de Produtores Rurais e Cooperativas (Lei nº 11.524, de 2007) - Nacional	100.000
20.605.2014.0294.0001	Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	1.312.513.000
20.605.2014.0298.0001	Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	82.620.000
20.605.2014.0299.0001	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	270.000.000
20.605.2014.0300.0001	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	600.097.000
20.605.2014.0301.0001	Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	805.587.000
20.605.2014.0373.0001	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999) - Nacional	10.747.000
20.605.2014.0611.0001	Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999) - Nacional	161.597.000
<b>74901 - Rec. Sup. FUNCAFÉ - MAPA</b>		<b>2.863.713.343</b>
20.601.2014.0012.0001	Financiamentos ao Agronegócio Café - Nacional	2.733.713.343
20.601.2014.0A27.0001	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei 8.427, de 1992) - Nacional	130.000.000
<b>25904 - F. Estab. do Seguro Rural</b>		<b>20.800.000</b>
04.846.2014.0026.0001	Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural - Nacional	20.800.000
<b>TOTAL</b>		<b>6.127.944.343</b>

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração COFF/CD

**4.1.1.3 O orçamento do FUNCAFÉ**

31. O valor total da proposta orçamentária do FUNCAFÉ para 2012 (R\$ 30,7 milhões) é 27,6 % inferior ao apresentado em 2011 (R\$ 45,1 milhões). Esta redução é significativa, pois quebra uma tendência de médio prazo para o fortalecimento do orçamento dessa UO.

**FUNCAFÉ  
PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS  
NO PERÍODO 2006-12**

Exercício	Projeto de Lei	Variação (%)
2006	41.279	
2007	40.430	-2,06
2008	40.004	-1,05
2009	41.325	3,30
2010	42.361	2,51
2011	45.067	9,06
2012	30.675	-27,59

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração COFF/CD

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

32. Note-se na tabela a seguir, que as despesas de financiamento do agronegócio do café (Ação 0012) constam apenas da Unidade Orçamentária 74901 – Recursos sob Supervisão do FUNCAFÉ – MAPA, do Órgão Contábil Operações Oficiais de Crédito. Para 2012 as despesas com essa ação estão fixadas em R\$ 2,7 bilhões. Os recursos para subsidiar essa operação especial por meio da equalização da taxa de juros dos financiamentos concedidos (Ação OA27) estão fixados em R\$ 130 milhões.

**AGRONEGÓCIO CAFÉ  
PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS - 2009 A 2012**

R\$1,00				
<b>DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA</b>	<b>PLOA 2009</b>	<b>PLOA 2010</b>	<b>PLOA 2011</b>	<b>PLOA 2012</b>
<b>22906 - F. de Defesa da Econ. Cafeeira</b>	<b>41.324.849</b>	<b>42.360.778</b>	<b>45.066.963</b>	<b>30.675.052</b>
2000 Administração da Unidade (1)	5.818.717	5.160.778	5.866.963	5.175.052
2825 Conservação dos Estoques Reguladores de Café	4.000.000	6.000.000	9.000.000	5.000.000
2C94 Promoção do Café Brasileiro	10.000.000	5.000.000	9.000.000	5.000.000
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000.000	10.000.000	5.000.000	3.000.000
4717 Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café	1.000.000	1.000.000	1.000.000	500.000
4792 Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas	200.000	200.000	200.000	
4803 Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	15.306.132	15.000.000	15.000.000	12.000.000
<b>74901 - Rec. Sup. FUNCAFÉ - MAPA</b>	<b>2.802.897</b>	<b>2.803.507</b>	<b>2.669.706</b>	<b>2.863.713</b>
0012 Financiamentos ao Agronegócio Café (1)	2.672.897	2.673.507	2.539.706	2.733.713
0A27 Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei 8.427, de 1992) (1)	130.000	130.000	130.000	130.000
<b>TOTAL</b>	<b>2.844.222</b>	<b>2.845.867</b>	<b>2.714.773</b>	<b>2.894.388</b>

Fonte: SIAFI-PRODASEN - Elaboração COFF/CD

(1) Novas denominações

**4.1.1.4 A sustentabilidade da produção agropecuária é destaque no MAPA – Adm. Central – UO 22101**

33. Na proposta apresentada para a Unidade Orçamentária 22101 – Administração Central do MAPA, as despesas fixadas atingem R\$ 3,7 bilhões, o que corresponde a um aumento de 8,8% em comparação às apresentadas em 2011 (R\$ 3,4 bilhões).

34. Embora possa parecer significativo à primeira vista, nossa análise revela que desse total, apenas R\$ 579 milhões (16%) estão destinados às ações finalísticas da Administração Central do Ministério da Agricultura. Só com pessoal, espera-se gastar em 2012 cerca de R\$ 2,9 bilhões (78% do total de gastos da UO).

35. As principais ações em termos de volume de alocação de recursos desta Unidade Orçamentária estão listadas na tabela a seguir. Observa-se, em primeiro lugar, uma redução significativa nas dotações que visam garantir a qualidade e a inocuidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal. Na proposta para 2012 as ações “Erradicação da Febre Aftosa”, “Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais” e “Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal” do Programa 2028 “Defesa Agropecuária” apresentam, em relação à proposta de 2011, reduções de 24%, 33% e 25%, respectivamente.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

**UO - 22101 - MAPA - ADMINIST. CENTRAL - AÇÕES SELECIONADAS  
PLOA 2011 E 2012**

R\$ milhões				
<b>COD</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>PLOA 2011</b>	<b>PLOA 2012</b>	<b>Variação %</b>
099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	200,0	120,3	-39,9
4842	Erradicação da Febre Aftosa	61,5	46,5	-24,4
4721	Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio	40,9	7,1	-82,6
2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal	35,0	60,6	73,1
8572	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	30,0	20,0	-33,3
8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	30,0	30,8	2,7
8611	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	22,5	22,5	0,0
2136	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal	25,0	32,5	30,0
2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	20,6	18,0	-12,7
8938	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	20,0	15,0	-25,0
5920	Zoneamento Agrícola	13,5	13,0	-3,7
2134	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	16,7	10,0	-39,9
20SS	Gestão e Manutenção de Soluções e Processos de Tecnologia da Informação	-	40,0	-
2135	Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER	-	13,0	-
4715	Difusão e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e de Sistemas Agroflorestais nas Regiões Cacaueiras	-	10,1	-
2179	Fiscalização de Sementes e Mudas	12,1	10,7	-11,6

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COOFF/CD

36. Com o objetivo de preparar o setor para uma esperada expansão da produção agropecuária da ordem de 40% até 2019 (Mensagem Presidencial nº 86/2011-CN), o Governo Federal se propôs a consolidar o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC - lançado em 2010). A estratégia é conseguir recuperar para a produção agropecuária a imensa área de terras degradadas que se estima seja três vezes superior à área atualmente utilizada para o plantio de grãos. Apesar de essa ação estar imbuída com essa meritoria finalidade, verifica-se que os recursos nela alocados (R\$ 1,5 milhão) dificilmente permitirão ao MAPA apresentar resultados na dimensão do proposto.

37. A referida Mensagem também ressalta o papel do seguro rural como indutor do uso de tecnologia agrícola além da demonstrada eficácia desse instrumento na minimização dos prejuízos causados pelas adversidades climáticas na atividade agrícola. No exercício de 2010, citado como exemplo, foram beneficiados 43 mil produtores, proporcionando a cobertura securitária para 4,8 milhões de hectares e garantia de capitais da ordem de R\$ 6,5 bilhões. Entretanto, para 2012, o Executivo, inexplicavelmente, reduziu em 40% a dotação para Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural.



38. Outras ações, que normalmente são privilegiadas com expressivas dotações, também apresentam reduções drásticas. Tais são os casos das Ações 2134 (-40%) e 4721 (- 83%).

#### 4.1.2 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA

39. O Índice de Execução Orçamentária (IEO), medido pela relação entre o valor das despesas liquidadas e o valor das despesas autorizadas, é de apenas 52,19% até 07 de novembro de 2011. Ou seja, faltando apenas dois meses para o fechamento do exercício, pouco mais da metade do valor autorizado para o MAPA foi executado. E, note-se, na tabela abaixo, que a média foi puxada pela execução das despesas com pessoal (78%). As despesas com investimentos e outras despesas correntes tiveram IEO de apenas 5,6% e 45,7%, respectivamente.

MAPA - DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA  
Execução 2011 e PLOA 2012

R\$ 1,00

G Natureza da Despesa GND	Execução 2011 (1)				Proposta 2012	Proposta 2012/2011 (%)
	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)		
1 Pessoal e Encargos Sociais	4.681.828.054	4.882.854.229	3.810.943.771	78,05	4.103.032.282	-12,36
2 Juros e Encargos da Dívida	992.008	2.747.104	408.899	14,88	2.747.104	176,92
3 Outras Despesas Correntes	1.286.018.567	1.595.448.724	728.411.668	45,66	1.290.997.368	0,39
4 Investimentos	429.294.174	1.212.294.359	67.920.060	5,60	398.896.864	-7,08
5 Inversões Financeiras	2.300.000.000	2.300.000.000	657.681.525	28,59	2.300.000.000	0,00
6 Amortização da Dívida	3.627.949	2.024.000		-	2.024.000	-44,21
9 Reserva de Contingência		94.125.845		-		
<b>Total</b>	<b>8.701.760.752</b>	<b>10.089.494.261</b>	<b>5.265.365.923</b>	<b>52,19</b>	<b>8.097.697.618</b>	<b>-6,94</b>

(1) Execução até 07/11/2011

Fonte: SIAF/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

40. Essa lentidão no processo de execução da despesa orçamentária é observada em títulos de grande relevância para o setor agropecuário, como os listados na tabela a seguir. Apenas 8% dos créditos destinados a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário foram executados até o dia 7 de novembro do corrente. Aliás, é difícil perceber as razões que levam à concentração de execução no final do ano de itens tipicamente caracterizados como atividade continuada como aqueles relacionados com a defesa sanitária (IEO entre 60% e 66%) e pesquisa agropecuária (IEO de 37,6%). Tal procedimento, via de regra, gera ineficiências, prejudica a transparência dos atos públicos e dificulta sobremaneira o acompanhamento da execução orçamentária.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

**MAPA – ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IEO**  
**Títulos Selecionados - 2009 a 2011**

R\$ 100

Títulos Selecionados	2011(3)		2010		2009	
	AUTORIZADO (1)	EXECUTADO (2)	AUTORIZADO	EXECUTADO	AUTORIZADO	EXECUTADO
<b>DESENVOLVIMENTO DO S. AGROPECUÁRIO (4)</b>	818.672.785	69.048.065	957.159.542	594.414.011	624.586.698	499.951.514
<b>IEO</b>	<b>8,43%</b>		<b>62,10%</b>		<b>80,05%</b>	
<b>DEFESA ANIMAL (5)</b>	144.428.143	95.040.979	166.835.481	143.179.140	164.612.621	117.304.742
<b>IEO</b>	<b>65,81%</b>		<b>85,82%</b>		<b>71,26%</b>	
<b>DEFESA VEGETAL (7)</b>	85.594.650	51.134.877	122.986.566	103.593.813	74.500.582	60.654.913
<b>IEO</b>	<b>59,74%</b>		<b>84,23%</b>		<b>81,42%</b>	
<b>PESQUISA E DESENV.P/ AGRONEGÓCIO (9)</b>	343.318.093	129.007.306	430.127.299	430.113.965	399.811.983	386.028.420
<b>IEO</b>	<b>37,58%</b>		<b>100,00%</b>		<b>96,55%</b>	

(1) Autorizado em Lei, incluindo os efeitos de créditos adicionais aprovados e remanejamentos autorizados no exercício.

(2) Valor liquidado

(3) Execução até 03/11/2010

(4) Ação 7H17 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

(5) Total da Subfunção 604- Defesa Sanitária Animal

(7) Total da Subfunção 603 - Defesa Sanitária Vegetal

(9) Prog. 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade do Agronegócio.

41. A Tabela a seguir mostra a execução orçamentária de 2011 dos programas do MAPA. O Índice de Execução Orçamentária (IEO) é medido pela relação entre os valores liquidados e autorizados: um índice alto revela a importância e a necessidade do programa para o setor público, na medida em que sua execução não pode nem deve ser postergada.

42. Assim, no limite superior, com grande parte da dotação já comprometida em novembro do corrente, aparecem os Programas não-finalísticos 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais (IEO = 87%), 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União (IEO = 80%) e 0750 – Apoio Administrativo (IEO = 76%). No limite inferior, encontra-se o segundo programa finalístico do MAPA em termos de disponibilidade de recursos: Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário com apenas 1% das dotações liquidadas.

43. Merece, também, nossa atenção, os baixos níveis de execução de programas importantes para a agricultura, como por exemplo, o Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (IEO = 3%) ou o Programa 0365 – Minimização de Riscos no Agronegócio (IEO = 26%). Neste último, cerca de R\$ 286 milhões ainda permanecem sem nenhuma movimentação financeira no exercício.

44. Finalmente, chamamos a atenção para a total reformulação levada a efeito pelo Executivo em relação à classificação orçamentária dos programas desse órgão para o exercício de 2012. Cerca de dezenove programas foram extintos. Dos existentes no exercício de 2011, três permanecem com a mesma denominação. Oito programas novos foram criados. O Executivo não informou se resultam ou não de composições dos programas anteriores, de forma que há grande risco de se perder séries históricas importantes para a análise e diagnóstico de fatos sociais, econômicos, orçamentários e financeiros.



**CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

**MAPA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA LOA 2011 E PROPOSTA PARA 2012  
POR PROGRAMAS**

R\$ 1,00

COD	NOME DO PROGRAMA	LOA 2011 (1)					PLOA 2012
		AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	IEO (L/A) %	
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	24.479.995	21.346.892	21.341.349	21.341.230	87,18	12.094.698
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.305.455.957	1.050.581.849	1.050.581.849	1.050.581.849	80,48	1.296.720.000
0750	Apoio Administrativo	3.435.367.079	2.628.581.050	2.608.923.058	2.576.284.822	75,94	
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	170.264.293	120.251.271	110.221.354	100.520.168	64,74	
1437	Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional	6.100.000	4.143.357	3.488.446	3.337.566	57,19	
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	97.069.825	60.701.109	49.634.335	48.919.513	51,13	
0360	Gestão da Política Agropecuária	69.322.711	38.882.918	29.734.047	27.376.597	42,89	
0362	Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	30.728.562	12.816.896	11.798.863	11.115.044	38,40	
0352	Abastecimento Agroalimentar	2.898.754.232	1.167.904.178	1.092.380.370	1.066.669.224	37,68	
1156	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	343.318.093	171.073.943	129.007.306	122.995.887	37,58	
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	31.030.175	11.279.366	8.199.208	7.901.751	26,42	
1161	Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social	36.034.975	11.922.013	9.390.220	9.157.338	26,06	
0365	Minimização de Riscos no Agronegócio	456.301.318	169.861.677	117.731.417	102.398.332	25,80	
1426	Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	7.016.302	1.924.881	958.459	890.229	13,66	
0350	Desenvolvimento da Economia Cafeteira	45.066.963	6.691.664	5.025.892	4.724.020	11,15	
1409	Desenvolvimento da Agroenergia	46.585.105	13.972.431	5.016.863	4.504.268	10,77	
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	4.771.104	408.899	408.899	408.899	8,57	4.619.957
0393	Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	1.000.000	138.671	74.795	73.595	7,48	
1442	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	58.796.985	2.367.369	1.906.823	1.865.162	3,24	
6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	927.678.042	85.305.847	9.542.370	9.440.645	1,03	
0999	Reserva de Contingência	94.125.845	-	-	-	-	
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	226.700	-	-	-	-	
2012	Agricultura Familiar						217.000.000
2013	Agricultura Irrigada						250.000
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização						2.355.230.938
2022	Combustíveis						150.000
2028	Defesa Agropecuária						280.539.262
2042	Inovações para a Agropecuária						534.443.345
2069	Segurança Alimentar e Nutricional						70.900.000
2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						3.929.812.552
	<b>TOTAL</b>	<b>10.089.494.261</b>	<b>5.580.156.281</b>	<b>5.265.365.923</b>	<b>5.170.506.139</b>	<b>52,19</b>	<b>8.701.760.752</b>

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração COFF/CD

(1) Execução registrada até 07/11/2011

**4.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA**

45. Segundo informações da Mensagem que encaminha o PL Nº 28/2011-CN, nos últimos oito anos, o Governo Federal assentou 614.093 famílias e destinou para a reforma agrária uma área de 48,3 milhões de hectares, garantindo ao assentado, além da terra, o acesso a crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas de agroindustrialização e comercialização. Atualmente, o País conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, onde vivem 924.263 famílias.

46. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, os investimentos em estradas, saneamento, habitação e abastecimento de água beneficiaram um número





considerável de famílias que também receberam apoio para a construção ou recuperação de suas casas. Mais de 400 mil moradias foram construídas ou reformadas em áreas de reforma agrária. No mesmo período, 53 mil quilômetros de estradas internas foram construídos ou recuperados, um investimento da ordem de R\$ 1,78 bilhão.

47. Ainda conforme a Mensagem, os principais resultados alcançados em 2010 foram: 39.479 famílias assentadas; 72,9 mil famílias beneficiadas com obras de infraestrutura; 14.685 novos lotes criados; 1,8 milhão de hectares incorporados à reforma agrária, sendo 244,9 mil hectares obtidos de forma onerosa (desapropriação e compra); 14 mil famílias beneficiadas com sistemas de abastecimento de água; 67,9 mil famílias beneficiadas com demarcação topográfica; 14,6 mil famílias beneficiadas com o Programa Terra Sol; 48 mil famílias tituladas; 5,2 mil famílias beneficiadas com a ação de manejo; 64,1 mil famílias beneficiadas com Crédito-Instalação; 31,4 mil casas construídas e reformadas; 295 mil famílias beneficiadas com Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates); e 32,5 mil pessoas beneficiadas com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

48. Em 2010, 64.186 famílias foram beneficiadas com a concessão do Crédito-Instalação. O volume de recursos destinados a esta ação, nos últimos oito anos, alcançou a expressiva marca dos R\$ 6,4 bilhões.

49. No tocante à qualificação dos assentamentos existentes, no período entre 2003 e 2010, cerca de R\$ 1,8 bilhão foram destinados a ações de infraestrutura, na forma de abastecimento de água para consumo humano, de construção de estradas de acesso e outros investimentos de uso coletivo pelos assentados. Houve uma evolução ano a ano no volume de recursos aplicados em infraestrutura, passando de pouco mais de R\$ 61,4 milhões em 2003, para R\$ 275,2 milhões em 2010.

50. A proposta orçamentária, para o exercício de 2012, do órgão 49.000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO engloba duas unidades orçamentárias:

- a) 49.101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- b) 49.201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

51. O valor proposto para a área é de R\$ 4,301 bilhões, inferior em 0,12% ao valor da proposta de 2011, sendo R\$ 1,220 bilhão para a unidade orçamentária MDA e R\$ 3.081 bilhões para o INCRA.

#### **4.2.1.1 A proposta e a execução orçamentária do MDA**

52. A Tabela a seguir mostra um decréscimo de 4,54% nos recursos propostos para 2012, em relação aos do PLOA de 2011, cabendo destacar que houve uma grande alteração nos programas, como, em regra, aconteceu em todas as demais unidades orçamentárias em razão das alterações nos programas introduzidas pelo Projeto do PPA 2012-2015.



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

R\$ mil

Programa	PLOA 2011	PLOA 2012	Variação (%)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	6,0	60,0	-
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	15.072,5	-	-
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	18.773,5	-	-
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	251.894,6	-	-
2012 - AGRICULTURA FAMILIAR	-	468.235,7	-
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	73.102,7	-	-
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	5.549,2	665,5	-
1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	100.690,4	-	-
1120 - PAZ NO CAMPO	13.096,0	-	-
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	522.950,1	-	-
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	2.875,0	-	-
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	300,0	-	-
1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	2.200,0	-	-
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	243.013,6	-	-
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	28.744,9	-	-
2018 - BIODIVERSIDADE	-	2.000,0	-
2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	-	393.813,0	-
2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	-	2.875,0	-
2065 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	-	1.500,0	-
2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	-	77.200,0	-
2069 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	-	163.844,3	-
2120 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	-	110.037,1	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.278.268,6</b>	<b>1.220.230,7</b>	<b>-4,54</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

53. Em relação às fontes de financiamento da programação, o MDA contará basicamente com recursos do Tesouro:

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**Fontes de Financiamento – PLOA 2012**

Fonte	Valor (R\$ milhões)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.186
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO FINANCEIROS	18
Outras	16
<b>TOTAL</b>	<b>1.220</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

54. Quanto à aplicação dos recursos segundo o grupo de natureza da despesa (GND), o quadro para 2012 mostra que 55,0% dos recursos serão destinados às despesas correntes e 30,0% a investimentos.



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**Grupo de Natureza da Despesa no PLOA 2012**

<b>GND</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>
1-PES	32.407
2-JUR	233
3-ODC	674.336
4-INV	364.478
5-IFI	148.344
6-AMO	432
<b>TOTAL</b>	<b>1.220.230</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

55. A análise da execução orçamentária propicia visão mais abrangente do desempenho da unidade orçamentária e pode ser verificada pelos dados da tabela a seguir.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – LOA 2011**

Em R\$ mil

<b>Programa</b>	<b>PL</b>	<b>Autorizado (A)</b>	<b>Empenhado (B)</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago (C)</b>	<b>(B/A) (%)</b>	<b>(C/A) (%)</b>
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	6	6	-	-	-	0,0%	0,0%
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	15.073	14.428	3.564	567	567	24,7%	3,9%
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	18.774	18.774	12.236	10.928	10.928	65,2%	58,2%
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	251.895	226.821	173.647	74.391	74.356	76,6%	32,8%
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	73.103	70.103	56.622	49.137	45.831	80,8%	65,4%
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	5.549	5.549	2.016	2.008	2.008	36,3%	36,2%
0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	82.086	-	-	-	0,0%	0,0%
1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	100.690	91.190	59.630	46.866	46.866	65,4%	51,4%
1120 - PAZ NO CAMPO	13.096	13.096	2.804	2.196	2.192	21,4%	16,7%
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	522.950	677.982	67.250	27.717	27.717	9,9%	4,1%
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	2.875	2.875	116	5	5	4,0%	0,2%
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	300	300	91	76	76	30,3%	25,3%
1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	2.200	2.200	615	-	-	28,0%	0,0%
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	243.014	193.634	101.300	6.936	6.907	52,3%	3,6%



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	28.745	27.845	5.874	3.900	3.884	21,1%	13,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1.278.270</b>	<b>1.426.889</b>	<b>485.765</b>	<b>224.727</b>	<b>221.337</b>	<b>34,0%</b>	<b>15,5%</b>

Valores da execução em 3/11

Fonte: Siafi/PRODASEN

56. De um total autorizado para o MDA de R\$ 1,427 bilhão, foram comprometidos (empenhados), até o início do mês de novembro, 34,0% e pagos 15,5% do valor empenhado. Levando em conta que o encerramento do exercício aproxima-se, é provável que essa situação não sofra mudança substancial.

**4.2.1.2 A proposta e a execução orçamentária do INCRA**

57. Os dados da Tabela a seguir mostram que a proposta para 2012 apresenta um acréscimo de 1,77% em relação à de 2011, atingindo todos os programas voltados à reforma agrária.

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
DESPESA POR PROGRAMA – PLOA 2011 E 2012**

Programa	PLOA 2011	PLOA 2012	Em R\$ mil
			Varição (%)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	380.440,0	361.961,3	-4,86
0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	614.300,0	-	-
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	506.528,8	-	-
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	253.796,6	-	-
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	5.000,0	-	-
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	502.585,5	-	-
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	409.591,0	547.169,3	33,6
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	60.221,6	-	-
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	30.400,0	-	-
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	264.664,0	-	-
2012 - AGRICULTURA FAMILIAR	-	220.100,0	-
2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	-	56.000,0	-
2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	-	1.245.940,0	-
2120 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	-	649.895,9	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.027.527,5</b>	<b>3.081.066,4</b>	<b>1,77</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

58. Em relação às fontes de financiamento da programação, o INCRA contará basicamente com recursos ordinários do Tesouro, no valor de R\$ 1.080,9 milhões e de Outras Contribuições Sociais em R\$ 896,3 milhões.

<b>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA</b>	
<b>Fonte de Financiamento – PLOA 2012</b>	
<b>Fonte</b>	<b>Valor (R\$1,00)</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.080.868.874
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	132.048.288
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	540.000.000
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	228.779.711
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	9.470.360
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	896.324.122
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.188.800
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	168.386.239
<b>Total</b>	<b>3.081.066.394</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

59. No que se refere ao grupo de natureza da despesa (GND), observa-se que a maior parte dos recursos programados para o exercício será destinada à inversão financeira.

<b>INCRA</b>	
<b>Grupo de Natureza da Despesa</b>	
<b>PLOA 2012</b>	
<b>GND</b>	<b>Valor (R\$ 1,00)</b>
1-PES	838.930.735
3-ODC	800.337.323
4-INV	244.435.926
5-IFI	1.197.362.410

Fonte: Siafi/PRODASEN

60. Quanto à modalidade de aplicação, verifica-se na tabela a seguir que o orçamento do INCRA deverá ser executado diretamente pelo próprio Instituto, onde estão previstos R\$ 2,4 milhões na modalidade de aplicação 90.

<b>INCRA</b>	
<b>Despesa por Modalidade de Aplicação</b>	
<b>PLOA 2012</b>	
<b>Modalidade Aplicação</b>	<b>Valor (R\$1,00)</b>
30 - TRANSF. A EST. E AO DF	83.877.515
40 - TRANSF. A MUNICÍPIOS	72.890.000
50 - TRANSF. A INST. PRIVADAS	16.074.000
90 - APLIC. DIRETAS	2.824.089.168
91 - APLIC. DIRETA ORG. F. ENTIDADES	84.135.711

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

61. A tabela a seguir mostra as informações, até o mês de novembro, da execução orçamentária do INCRA.

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**  
**Execução Orçamentária – LOA 2011**

EM R\$ mil

Programa	PL	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado	Pago (C)	(B/A) (%)	(C/A) (%)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	380.440,0	380.440,0	334.900,4	334.900,4	334.900,1	88,0	88,0
0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	614.300,0	594.300,0	547.017,1	429.960,1	429.936,1	92,0	72,3
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	506.528,8	505.228,8	144.183,9	38.388,5	38.314,9	28,5	7,6
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	253.796,6	229.473,8	77.485,1	12.688,8	12.685,4	33,8	5,5
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	5.000,0	5.700,0	2.289,6	1.414,4	1.414,4	40,2	24,8
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	502.585,5	590.335,5	522.558,9	509.799,1	509.769,2	88,5	86,4
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	409.591,0	268.437,0	267.445,4	266.311,1	266.311,1	99,6	99,2
0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,0	110.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	60.221,6	30.221,6	26.448,0	22.009,0	22.009,0	87,5	72,8
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	30.400,0	30.700,0	15.259,4	6.700,9	6.052,6	49,7	19,7
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	264.664,0	224.964,0	108.795,7	25.579,7	25.539,5	48,4	11,4
<b>TOTAL</b>	<b>3.027.527,5</b>	<b>2.969.800,7</b>	<b>2.046.383,5</b>	<b>1.647.752,0</b>	<b>1.646.932,3</b>	<b>68,9</b>	<b>55,5</b>

Valor da execução em 30/11

Fonte: Siafi/PRODASEN

62. Pelos dados, observa-se que na execução do INCRA foram empenhados 68,9% dos recursos autorizados e pagos 55,5% desses recursos.

### 4.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

63. A proposta orçamentária para 2012 em relação ao Ministério da Pesca e Aquicultura é de R\$ 264 milhões, 30% menor do que o proposto para 2011 (R\$ 378 milhões). O montante está distribuído entre os seguintes programas: 2052-Pesca e Aquicultura (R\$ 144 milhões), 2028-Defesa Agropecuária (R\$ 15 milhões) e 2113-Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura (R\$ 104 milhões).

64. A Tabela a seguir mostra a execução dos programas até então vinculados a esta pasta entre 2009 e 2011, que foram substituídos pelos programas acima mencionados, segundo a nova configuração orçamentária introduzida pelo Projeto de Plano Plurianual para 2012/2015:



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

Programa	2010	2011 <sup>(1)</sup>			
	Liquidado	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)
750 Apoio Administrativo	97.111	92.442	97.237	54.300	55,8%
0999 Reserva de Contingência	-	-	39.696	-	
1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca	142.037	164.200	327.240	14.222	4,3%
1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	33.507	37.750	36.625	313	0,8%
1344 Gestão da Política Aquícola e Pesqueira	42.930	84.050	58.952	202	0,3%
<b>Total</b>	<b>315.585</b>	<b>378.442</b>	<b>559.750</b>	<b>69.038</b>	<b>12,3%</b>

(1) Execução até 24/10/2011.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

65. Todas as despesas deste órgão estão classificadas na Função 20 – Agricultura. No que se refere ao grupo de natureza de despesa, 61% das despesas previstas foram alocadas em Outras Despesas Correntes (R\$ 161 milhões), 27% em Investimentos (R\$ 71 milhões) e apenas 12% em Pessoal. A tabela abaixo demonstra que a redução de 30% (R\$ 114.927 milhões) entre o proposto de 2012 e o de 2011 concentrou-se em investimentos (R\$ 74 milhões) e custeio (R\$47 milhões).

**MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA**  
**Proposta Por GND**

R\$ 1.000,00

GND	2011		2012		Variação
	Valor	%	Valor	%	
1-PES	26.451	6,99%	32.240	12,23%	5.789
3-ODC	207.291	54,77%	160.691	60,98%	-46.600
4-INV	144.700	38,24%	70.583	26,79%	-74.117
<b>TOTAL</b>	<b>378.442</b>	<b>100</b>	<b>263.515</b>	<b>100</b>	<b>-114.927</b>

Fonte: PLOA 2011 e 2012

66. Em comparação ao grupo Outras Despesas Correntes, as despesas com pessoal ainda são pequenas, mas concentram o maior índice de execução orçamentária até o dia 24 de outubro do exercício corrente (69,69%), como podemos constatar no quadro a seguir, o qual também demonstra baixa execução em custeio (22,93%) e quase nula execução em investimentos (nem 1%).

**MPA - DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA**  
**Execução 2010-2011 e PLOA 2012**

R\$ mil

Programa	2010	2011 <sup>(1)</sup>				2012	Variação (2012-2011)
	Liquidado	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)	Proposta	
1 Pessoal e Encargos Sociais	27.203	26.451	32.601	22.720	69,69%	32.240	5.789
3 Outras Despesas Correntes	155.475	207.291	201.083	46.118	22,93%	160.692	-46.599
4 Investimentos	132.907	144.700	286.370	200	0,07%	70.583	-74.117
0 Reserva de Contingência	-	-	39.696	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>315.585</b>	<b>378.442</b>	<b>559.950</b>	<b>69.038</b>	<b>12,33%</b>	<b>263.515</b>	<b>-114.927</b>

(1) Execução até 24/10/2011.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

67. Os R\$ 46,1 milhões despendidos em Outras Despesas Correntes neste exercício tiveram a distribuição seguinte, dos quais vale destacar que apenas as despesas relativas à Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei 9.445, de 1997) e à Implantação de Terminal Pesqueiro referem-se à atividade finalística do Ministério.

<b>Ação</b>	<b>Valor</b>
2000-Administração da Unidade	29,9
2012-Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	1,2
0080-Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei 9.445, de 1997)	12,1
7618-Implantação de Terminal Pesqueiro	1,6
Outras	1,3
<b>Total</b>	<b>46,1</b>

68. A título de curiosidade, a maior parte das despesas executadas até 24 de outubro à conta da ação “7618-Implantação de Terminal Pesqueiro” foi destinada ao Terminal Público Pesqueiro de Santos (R\$ 1,5 milhões), cujos objetos são os seguintes:

<b>OBJETO</b>	<b>Valor</b>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL CONTRATO Nº 01/2009. PROC ORIGEM: 2008PR00018	540,96
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA PARA O TPP/SANTOS/SP. CONTRATO Nº 14/2008. PROC ORIGEM: 2007DI00094	418,30
FORNECIMENTO DE AGUA E ESGOTO PARA O TPP/SANTOS/SP. CONTRATO Nº 17/2008. PROC ORIGEM: 2008IN00004	309,49
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O TPP/SANTOS/SP. CONTRATO Nº 26/2009. PROC ORIGEM: 2009PR00012	244,73
<b>Total</b>	<b>1.513,48</b>

Fonte: SIAFI/MF – PRODASEN, Elaboração COFF/CD

69. A Tabela a seguir detalha as ações que concentram 85% do valor total proposto para o programa temático a cargo da Pasta, 2052-Pesca e Aquicultura (R\$ 144 milhões), segundo o PLOA 2012:

<b>Ação</b>	<b>PLOA 2012</b>
0080 - Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	23.150
7618 - Implantação de Terminal Pesqueiro	15.542
20TL - Apoio à Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira	14.777
2C02 - Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Nacional	11.680
123E - Implantação do Terminal Pesqueiro de Belém	11.000
8070 - Estudos e Projetos para Implantação da Aquicultura em Águas Públicas	10.852
8090 - Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola	10.500
20J1 - Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola	8.705
6104 - Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca	5.600
8038 - Apoio a Projetos Demonstrativos na Atividade da Pesca	4.958
6948 - Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira	4.822
2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - Plano Brasil sem Miséria	4.529
8066 - Apoio à Renovação da Frota Artesanal	4.000
<b>Total</b>	<b>130.115</b>

Fonte: PLOA 2012

70. Observa-se que 81% das dotações propostas para o MPA serão executados diretamente pelo próprio órgão. Ressalte-se que o setor privado ficará responsável pela execução de R\$ 29 milhões dos créditos da Pasta.



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

**MPA - Descentralização da Execução Orçamentária  
PLOA 2012**

			R\$ 1,00
MA	Modalidade de Aplicação	Valor	(%)
	30 Transf. a Est. e ao DF	9.680.695	3,67%
	40 Transf. a Municípios	9.499.599	3,60
	50 Transf. a Inst. Privadas	29.071.906	11,03
	80 Transf. ao Exterior	108.514	0,04
	90 Aplic. Diretas	213.224.023	80,92
	91 Aplic. Direta Org. F. Entidades	1.930.159	0,73
<b>TOTAL</b>		<b>263.514.896</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: PLOA 2012. Elaboração COFF/CD

71. Dos R\$ 29 milhões previstos para serem executados pelo setor privado, chama a atenção o fato de que R\$5,6 milhões são classificados em investimentos, distribuídos entre as seguintes programações:

**PROGRAMAÇÃO DA UO 58101 COM PREVISÃO DE INVESTIMENTOS A SEREM APLICADOS POR ENTIDADE PRIVADA**

				R\$ 1,00
Ação + Subtítulo	GND	MA	PL	
APOIO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO PESQUEIRA E AQUÍCOLA - NACIONAL	4	50		454.375
APOIO AO CONTROLE DA QUALIDADE NA GARANTIA DA CONFORMIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS DA AQUICULTURA - NACIONAL	4	50		450.000
APOIO AO FUNCIONAMENTO DE UNIDADES INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA AQUÍCOLA - NACIONAL	4	50		55.585
APOIO AO FUNCIONAMENTO DE UNIDADES INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PESQUEIRA - NACIONAL	4	50		1.500.000
APOIO À RENOVAÇÃO DA FROTA ARTESANAL - NACIONAL	4	50		1.000.000
ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E PESCA - NACIONAL	4	50		170.036
ESTUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DA AQUICULTURA EM ÁGUAS PÚBLICAS - NACIONAL	4	50		951.602
FOMENTO A UNIDADES PRODUTORAS DE FORMAS JOVENS DE ORGANISMOS AQUÁTICOS - NACIONAL	4	50		20.219
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE AQUICULTURA - NACIONAL	4	50		230.941
MONITORAMENTO DA ATIVIDADE AQUÍCOLA E PESQUEIRA NACIONAL - NACIONAL	4	50		767.068
<b>Total</b>				<b>5.599.826</b>

Fonte: PLOA 2012. Elaboração COFF/CD

**5 CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS E EM APRECIÇÃO NO CONGRESSO**

72. Tendo em vista o disposto no Item 35.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta Relatoria analisou e considerou os efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em tramitação na CMO, a partir de setembro do corrente ano, com repercussão nas programações de unidades orçamentárias abrangidas pela Área Temática IX.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

73. A relação dos créditos e respectivos impactos financeiros consta da Tabela a seguir.

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2011 - ÁREA TEMÁTICA IX									
UO	ÓRGÃO	ATO AUTORIZ.	D.O.U.	TIPO CRED. ADIC.	VALOR (R\$1,00)	GND	RP	FINALIDADE	FONTE DE CANCELAMENTO
22.101	M.AGR.E DO ABASTECIMENTO	PLN 47	05/10/11	Especial	300.000	3	2	Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário	Anulação de dotações orçamentárias
22.208	M.AGR.E DO ABASTECIMENTO	PLN 55	06/10/11	Suplementar	2.328.623	4	2	Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio	Geração própria, de repasses da controladora para aumento do patrimônio líquido, de op. De crédito internas e externas e de outros rec. De longo prazo e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades
49.101	M. DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	PLN 43	04/10/11	Suplementar	2.500.000	3	2	Crédito fundiário	Anulação parcial de dotações orçamentárias
49.201	M. DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	PLN 43	04/10/11	Suplementar	400.000.000	5	2	Assentamento para trabalhadores rurais	Superávit financeiro e emissão de títulos da dívida agrária (TDA)

Fonte: SIAFI/MF

74. No período, foram aprovados um crédito especial e três créditos suplementares. O primeiro beneficia a Administração Central do MAPA (UO 22101) no valor total de R\$ 300 mil. Esse valor se destina a despesas com a execução de projeto de desenvolvimento da agricultura e foi financiado com anulação de dotações orçamentárias. Os créditos suplementares listados na Tabela acima não causam impacto nas metas fiscais do exercício de 2012.

## 6 OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

75. Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte. Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação desta Área Temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na Proposta Orçamentária para 2012.

## 7 ANÁLISE DAS EMENDAS

### 7.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

76. A Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário recebeu 884 emendas para análise, sendo 882 de apropriação e duas de remanejamento. Das emendas de apropriação, 843 são individuais e 39 coletivas, sendo 31 de bancadas estaduais e oito de comissões, das quais quatro de comissão da Câmara dos Deputados e quatro do Senado Federal.

77. O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R\$ 4,90 bilhões, sendo R\$ 2,00 bilhões de bancadas estaduais, R\$ 1,83 bilhão de comissões e R\$ 1,07 bilhão de emendas individuais.

78. As emendas de remanejamento, apresentadas pelas comissões da Câmara dos Deputados, totalizaram R\$ 54,0 milhões.

79. Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta Área Temática.

80. A programação desta Área Temática inclui alterações promovidas por meio de cinco emendas do Relator Geral.



## 7.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS

81. Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no Parecer Preliminar ao PL Nº 28/2011-CN e na Resolução nº 1/2006-CN, procuramos superar eventuais incorreções técnicas encontradas em algumas proposições apresentadas com dois objetivos. O primeiro é de compatibilizar as propostas com a estrutura orçamentária do Projeto de Lei. O segundo tem o propósito de minimizar os entraves na fase de execução da programação orçamentária emendada.

82. Assim, além da análise do mérito, procuramos ajustar ou adequar algumas emendas às normas estabelecidas para sua apresentação e ao programa de trabalho proposto no referido Projeto de Lei. Alterações mais significativas foram autorizadas pelos respectivos autores por meio de pedidos encaminhados ao Presidente da CMO, via Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas – SISEL. A Secretaria da CMO publica relatório dessas solicitações, as quais se referem a um ou mais de um dos seguintes itens:

- a) **Grupo de Natureza da Despesa:** para ajustar as despesas com o tipo de gasto pretendido;
- b) **Modalidade de Aplicação:** para adequar a responsabilidade de execução da emenda às reais intenções de seu autor e, também, para evitar a ocorrência de emenda dentro das proibições de transferência de recursos para entidade privada constantes do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e do Capítulo III, Seção III - Das Transferências para o Setor Privado, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012);
- c) **Funcional e Programática:** para acomodar as intenções do autor, constantes na justificção ou no subtítulo, dentro da programação do órgão orçamentário e dos programas existentes;
- d) **Subtítulo da emenda:** principalmente para melhorar a indicação da localidade e da matéria de competência das diversas unidades orçamentárias desta Área Temática, ou mesmo para adequá-la ao disposto no art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal e ao disposto no art. 20 da LDO 2012, adequando-a aos casos em que a Constituição Federal permite a transferência voluntária de recursos da União para Estados e Municípios;
- e) **Metas e quantidades:** para adequar aos padrões sistematizados e aos custos unitários médios utilizados como referenciais;
- f) **Unidades Orçamentárias:** para adequar a ação proposta no subtítulo com o programa de trabalho da respectiva unidade orçamentária;
- g) **Localidade:** para ajustar a região ou município à proposta apresentada no subtítulo ou na justificção ou para tornar a localidade mais específica;
- h) **Órgão:** para adequar a ação proposta ao programa de trabalho do órgão executor.

## 7.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE

83. A Resolução nº 1/2006-CN prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da sua discussão do correspondente Relatório Setorial.

84. Como o Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) sobre as emendas individuais e coletivas somente será votado pela CMO após a entrega



deste Relatório Setorial, somente após a votação do Relatório do CAE é que será possível verificar, de forma definitiva, a conformidade das emendas apresentadas a esta Área Temática à Resolução nº 1/2006-CN e ao Relatório do CAE.

#### **7.4 PADRÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS**

85. Na medida do possível, procuramos aproximar os valores unitários das metas das emendas apresentadas aos custos unitários implícitos no Projeto encaminhado pelo Poder Executivo. No caso das emendas em ações não contempladas na programação de trabalho proposta, sugerimos valores aproximados com as cotações de mercado.

86. Solicitamos, entretanto, aos senhores assessores e secretários parlamentares que consultassem os prováveis usuários e beneficiários sobre suas reais necessidades, em virtude de diferenças regionais e da grande variabilidade em termos de potência, marcas, utilização e qualidade das máquinas e equipamentos para uso na agricultura.

#### **7.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS**

87. As emendas coletivas de apropriação, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas, proporcionando o atendimento a ações de caráter nacional ou em unidades da Federação, mereceram nossa atenção especial.

88. Consideramos meritorias principalmente as emendas de apropriação das comissões permanentes, pois se destinam a dar sustentação, em nível nacional, a ações para os setores agrícola, agrário e da pesca.

89. Já as emendas de bancada estadual permitem o apoio a projetos em regiões com vocação especial para o agronegócio, para projetos de assentamento e reforma agrária e para a pesca e aquicultura. Constituem-se em recursos públicos destinados a fomentar a produção ou regularizar o abastecimento que impactam positivamente a geração de emprego e renda e fortalecem as pequenas unidades de exploração agrícola, principalmente com ações para facilitar o acesso a terra, à água e à educação.

90. Pelo inegável mérito, acolhemos parcialmente, em razão da limitação dos recursos, todas as emendas de apropriação de comissões e de bancadas, distribuindo os recursos disponíveis de forma equilibrada com a dimensão dos setores agrícola, agrário e da pesca de cada estado, bem como com a prioridade atribuída aos setores pelos senhores parlamentares. Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais, para o que utilizamos indicadores do IBGE tais como sobre a área utilizada com lavouras, população total residente, produto interno bruto per capita e a participação relativa das emendas de bancada apresentadas a esta Área Temática em cada Unidade da Federação.

91. Quanto às emendas coletivas de remanejamento, optamos pela rejeição, por considerar que a relação entre o benefício do acréscimo e o prejuízo dos cancelamentos indicados não era favorável.

92. As emendas individuais foram consideradas meritorias e aprovadas em sua totalidade.

#### **7.6 FONTES DE RECURSOS**

93. Esta Relatoria contou com um total de R\$ 1,469 bilhão recebido do Relator Geral para o atendimento das emendas apresentadas, sendo:



- R\$ 1.073,6 milhões para as emendas individuais, nos termos do item 25.1 da Parte B – Parte Especial e do Anexo III, item 2.1, do Parecer Preliminar sobre o PLOA 2012; e
- R\$ 395,1 milhões para as emendas de bancadas e de comissões, nos termos do item 26.2 da Parte B e do Anexo III, item 3.2, do Parecer Preliminar.

94. Tendo estudado e reconhecido no mérito os programas de trabalho apresentados pelos órgãos que compõem esta Área Temática, optamos por não promover os cancelamentos nos GND 4 (Investimentos) e GND 5 (Inversões Financeiras) autorizados pelos itens 29 e 30 da Parte B do Parecer Preliminar, em valores que poderiam ter atingido os montantes de R\$ 276,6 milhões e R\$ 181,1, respectivamente, totalizando 457,7 milhões.

## 8 PARECER ÀS EMENDAS

95. Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis com a LDO 2012, com o Projeto do PPA 2012-2015 em tramitação, com a Lei 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e demais normas orçamentárias em vigor.

### 8.1 PARECER ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS

96. Considerando o que foi exposto e após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V, da Seção VI, da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, e na Parte B do Parecer Preliminar, **somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.**

### 8.2 PARECER ÀS EMENDAS COLETIVAS

97. Decidimos, após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI, da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, bem como na Parte B do Parecer Preliminar, **aprovar parcialmente todas as emendas coletivas de apropriação apresentadas.**

98. Decidimos ainda **rejeitar as emendas coletivas de remanejamento apresentadas.**



**CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PL nº 28, de 2011-CN

## **II - VOTO DO RELATOR**

99. Pelo exposto no presente Parecer, somos pela **aprovação** da proposta orçamentária para o ano 2012, nos termos do **PL Nº 28/2011-CN**, no que concerne aos órgãos e entidades da **Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário**, encaminhado pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial nº 86/2011-CN (nº 344/2011, na origem), **com as alterações decorrentes das emendas para as quais propomos aprovação ou aprovação parcial.**

Sala da Comissão Mista, de dezembro de 2011.

**Senador RICARDO FERRAÇO**  
**Relator Setorial**

**ÁREA TEMÁTICA IX**  
**AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**



## 9 ANEXO

### ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS- PLOA 2012 – AT IX: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONGRESSO NACIONAL - Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização  
PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2012

Orçamento Investimento das Estatais - Em R\$ 1,00

Versão Preliminar

FUNC. PROGRAMÁTICA	TÍTULO SUBTÍTULO	Seq	RP	Esf	Fonte	Gnd	MA	IU	PL	
<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22208 CEASAMNAS</b>										
<b>PROGRAMA: 0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais</b>									<b>6.457.890</b>	
20.122	0807.4102.0031	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais								110.200
		<b>Total Funcional:</b>								<b>110.200</b>
20.122	0807.4105.0031	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais								6.247.090
		<b>Total Funcional:</b>								<b>6.247.090</b>
20.126	0807.4103.0031	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais								100.600
		<b>Total Funcional:</b>								<b>100.600</b>
<b>Total da UO:</b>									<b>6.457.890</b>	
<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22209 CASEMG</b>										
<b>PROGRAMA: 0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais</b>									<b>1.532.897</b>	
20.122	0807.4102.0031	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais								538.897
		<b>Total Funcional:</b>								<b>538.897</b>
20.122	0807.4105.0031	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais								910.000
		<b>Total Funcional:</b>								<b>910.000</b>
20.126	0807.4103.0031	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais								84.000
		<b>Total Funcional:</b>								<b>84.000</b>
<b>Total da UO:</b>									<b>1.532.897</b>	
<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22212 CEAGESP</b>										
<b>PROGRAMA: 0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais</b>									<b>11.277.023</b>	
20.122	0807.4105.0035	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de São Paulo								10.846.523
		<b>Total Funcional:</b>								<b>10.846.523</b>
20.126	0807.4103.0035	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de São Paulo								430.500
		<b>Total Funcional:</b>								<b>430.500</b>

FILTROS SELECIONADOS:	Órgão: 22000	Função:	Apão:	Localidade:	Id. Uso:
	UO:	Subfunção:	Subtítulo:	Fonte:	Mod Apl.:
	Sector:	Programa:	UF:	Gnd:	Fin/Prim.: #Err

ESFERA: 1-Fiscal 2-Segundade Social 3-Inv. Estatais; IU(Identificador de Uso): 0-No país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior; G N D: 1-Pessoal e Encargos 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp.Comentas 4-In vestimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 8-Reserva de Contingência; MOD.DE APLICAÇÃO: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99- a definir- RP: 0-Financeiro; 1-Prmário Obrigatório; 2-Prmário Discricionário; 3-Orçamento de Investimento s -Outras Despesas

2/12/2011 15:58 Pág. 1 de 2